Docusign Envelope ID: 21647871-BD6F-8C10-81EA-FBAA59F225B9

HOSPITAL ALVORADA DE TAGUATINGA S.A.

CNPJ/MF nº 08.100.676/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos a inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais - R$

ATIVO	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.004	127.493
Contas a receber de clientes	5	329.236	367.933
Estoques	6	36.872	25.592
Tributos a recuperar	7	14.223	12.252
Adiantamento a fornecedores e funcionários		8.031	4.396
Partes relacionadas	24	1.121	-
Outros créditos		229	2.418
Total do ativo circulante		434.716	540.084
Não circulante			
Depósitos judiciais	16.3	12.425	7.320
Tributos diferidos	8	172.512	227.550
Outros créditos		23	23
Investimentos	9	-	294.815
Direito de uso de arrendamentos	10	674.286	1.542
Imobilizado	11	108.884	488.234
Intangível	12	8.536	13.382
Total do ativo não circulante		976.666	1.032.866
Total do ativo		1.411.382	1.572.950

PASSIVO	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Fornecedores	14	123.769	143.458
Passivos de arrendamentos	17	74.819	363
Obrigações sociais e trabalhistas	13	57.525	46.140
Tributos a recolher	15	20.686	32.914
Partes relacionadas	24	3.279	-
Adiantamento de clientes		-	3.779
Outras contas a pagar e provisões		11.758	943
Total do passivo circulante		291.836	227.597
Não circulante			
Passivos de arrendamentos	17	645.106	1.416
Partes relacionadas	24	9.131	-
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	34.728	16.695
Outras contas a pagar e provisões		6	689
Total do passivo não circulante		688.971	18.800
Patrimônio líquido			
Capital social	18	438.791	1.313.212
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.500	-
Reservas de capital		1.871	1.871
Ajuste de avaliação patrimonial		(13.878)	(14.074)
Dividendos adicionais propostos		-	25.544
Prejuízos acumulados		(1.709)	-
Total do patrimônio líquido		430.575	1.326.553
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.411.382	1.572.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.921.536	17.500	(12.218)	-	-	(637.625)	1.289.193
Recursos recebidos para aumento de capital		-	11.801	-	-	-	-	11.801
Aumento de capital social		29.301	(29.301)	-	-	-	-	-
Absorção prejuízos		(637.625)	-	-	-	-	637.625	-
Perda na variação percentual de investimentos		-	-	(1.856)	-	-	-	(1.856)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.415	37.415
Constituição de reserva legal		-	-	-	1.871	-	(1.871)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(889)	(889)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(9.111)	(9.111)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	25.544	(25.544)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.313.212	-	(14.074)	1.871	25.544	-	1.326.553
Redução do capital social - cisão	18 a	(724.965)	-	-	-	-	-	(724.965)
Redução do capital social - caixa	18 a	(85.750)	-	-	-	-	-	(85.750)
Redução do capital social - conversão de saldo de mútuo	18 a	(63.706)	-	-	-	-	-	(63.706)
Adiantamento para futuro aumento de capital	18 c	-	5.500	-	-	-	-	5.500
Ganho na variação percentual de investimentos		-	-	196	-	-	-	196
Aprovação e pagamento de dividendos adicionais propostos	18	-	-	-	-	(25.544)	-	(25.544)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.709)	(1.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		438.791	5.500	(13.878)	1.871	-	(1.709)	430.575

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Nota	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	19	1.460.241	1.481.291
Custos dos serviços prestados	20	(1.393.190)	(1.415.739)
Lucro operacional bruto		67.051	65.552
Despesas comerciais	20	(1.256)	-
Despesas gerais e administrativas	20	(3.780)	(18.489)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	9.627	799
Resultado de equivalência patrimonial	9	-	(370)
		4.591	(18.060)
Lucro operacional		71.642	47.492
Receitas financeiras	21	10.869	10.803
Despesas financeiras	21	(79.653)	(3.892)
		(68.784)	6.911
Lucro antes dos impostos sobre a renda		2.858	54.403
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(17.572)	(10.774)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	13.005	(6.214)
		(4.567)	(16.988)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.709)	37.415

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.709)	37.415
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.709)	37.415

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

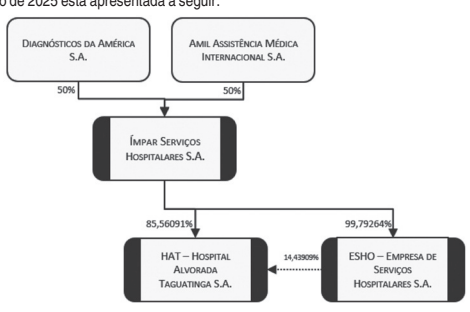
Descrição	Notas	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.858	54.403
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	10,11 e 12	60.234	61.347
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			
Juros sobre contratos de mútuo		(2.867)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	17	78.130	215
Baixa do ativo imobilizado e intangível	11	-	1.944
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e glosas	5	(11.196)	(8.829)
Atualização monetária sobre provisão para contingências		(3.606)	5.130
Resultado de equivalência patrimonial		-	370
Provisão para perda de estoques		-	1.854
Impairment		-	23
Outros		(173)	(142)
		123.379	116.315
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber		46.114	7.271
Estoques		(11.280)	(6.909)
Tributos a recuperar		12.108	(847)
Partes relacionadas		11.879	-
Depósitos judiciais		(5.105)	(1.322)
Outros créditos e outros ativos		(1.446)	39.502
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		4.431	21.238
Obrigações sociais e trabalhistas		11.385	3.832
Tributos a recolher		(13.157)	1.856
Partes relacionadas		5.317	
Investimentos a liquidar		-	1.570
Adiantamentos de clientes		-	(379)
Outras contas a pagar e outros passivos		7.651	(240)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		67.898	65.572
Juros pagos sobre arrendamentos	17	(2.772)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.629)	(6.376)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		156.876	175.511
Caixa das atividades de investimentos			
Caixa e equivalentes de caixa advindo de incorporação de controlada			
Adições do imobilizado	11	(14.868)	(23.953)
Adições de intangível	12	-	(60)
Caixa advindo de aporte de ativos		3.294	-
Liberação de recursos de contratos de mútuo		(73.929)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-	(44.261)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(85.503)	(68.274)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento/ redução do capital social		(80.250)	
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	11.801
Pagamento de passivos de arrendamentos		(56.180)	(513)
Captação de recursos de contratos de mútuo		8.112	-
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(10.000)
Pagamento de dividendos intermediários		(25.544)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos		(153.862)	1.288
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(82.489)	108.525
Caixa e equivalentes do início do exercício		127.493	18.968
Caixa e equivalentes do final do exercício		45.004	127.493
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(82.489)	108.525

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Alvorada Taguatinga S.A. ("HAT") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, no7815, 3o andar, Torre B, Empreendimento W Torres, Pinheiros, na cidade e estado de São Paulo. Os hospitais contemplados são o Hospital Alvorada Moema está situado no bairro de Moema, na cidade de São Paulo/SP, o Hospital Samaritano Paulista encontra-se na região da Bela Vista, também em São Paulo/SP. O Complexo Américas está localizado na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro/RJ e o Hospital Alvorada Taguatinga está localizado em Taguatinga, no Distrito Federal. Dessa forma, a operação contempla unidades distribuídas entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, garantindo cobertura assistencial em localidades de elevada relevância demográfica e econômica. **1.1. Objetivo social e principais atividades**: As principais atividades desenvolvidas pela Companhia: • prestação de serviços hospitalares e de pronto atendimento; • atendimento médico e ambulatorial em diversas especialidades; • realização de exames, terapias e diagnósticos relacionados à saúde humana; • disponibilização de infraestrutura hospitalar para ensino, pesquisa e aperfeiçoamento de profissionais da área de saúde. **1.2. Estrutura societária**: A estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:



A partir de 1º de abril de 2025, a Ímpar Serviços Hospitalares S.A. (ÍMPAR) passou a ser classificada como um empreendimento controlado em conjunto ("joint venture"), em decorrência da celebração de Acordo de Associação entre Diagnósticos da América S.A. ("DASA") e Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("AMIL"), acionistas da ÍMPAR controladora direta da companhia. Nos termos do referido acordo, DASA e AMIL passaram a deter, cada uma, 50% do capital votante da ÍMPAR, com direitos que estabelecem o controle conjunto, conforme definido no CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto. Em função dessa estrutura, as decisões relevantes sobre as atividades da ÍMPAR e suas controladoras, incluindo aquelas de natureza estratégica, operacional e financeira, requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle, caracterizando, assim, o controle conjunto. **1.3. Reorganização societária e cisão**: Em função do processo de formação da joint-venture e de definição das empresas que fariam parte do Acordo de Associação, a Companhia realizou, no primeiro trimestre de 2025, a cisão de suas participações societárias nas empresas Amico Saúde Ltda., Lotten Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda., Hospital Ana Costa S.A., Eye Clinic Oftalmologia Clínico Cirúrgica e Diagnostica Ltda., em favor aos seus então acionistas AMIL Assistência Médica Internacional S.A. e Bosque Medical Center S.A. Apresenta-se abaixo a relação dos ativos cindidos na reorganização:

Descrição	Montante
Investimentos	295.011
Amico Saúde Ltda.	104.062
Lotten Eyes Oftalmologia Clínica e Cirurgica Ltda.	17.608
Hospital Ana Costa S.A.	28.362
Eye Clinic Oftalmologia Clinico Cirurgica e Diagnóstica Ltda.	15.457
Ágio e mais valia	129.522
Imobilizado	361.911
Tributos diferidos	68.042
Total	**724.965**

1.4. Regulamentações aplicáveis a operação da Companhia: As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação por órgãos governamentais e entidades reguladoras, incluindo, principalmente: • Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"); • Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"); • Conselhos profissionais e autoridades sanitárias estaduais e municipais. O cumprimento das normas regulatórias envolve requisitos relacionados à qualidade assistencial, segurança do paciente, estrutura física, habilitação profissional, práticas de governança clínica e padrões operacionais, os quais podem impactar os custos operacionais, investimentos e resultados. **1.5. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando, entre outros fatores: • a estrutura de capital existente; • a geração de caixa operacional; • o acesso a linhas de crédito e financiamentos; • o cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias; e • as projeções econômico-financeiras aprovadas pela Administração. Adicionalmente, a constituição do controle conjunto e a reorganização societária associada têm como principais objetivos estratégicos: • fortalecimento da plataforma hospitalar da Rede Américas; • aumento da escala operacional e da eficiência; • ampliação do portfólio de serviços de alta complexidade; e • geração de sinergias operacionais, assistenciais e financeiras. Tais objetivos fortalecem a conclusão da Administração acerca da continuidade dos negócios, e que a Companhia possui recursos financeiros, operacionais e estrutura de capital adequados para manter suas atividades no curso normal dos negócios. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração acompanha continuamente os impactos das operações sobre o desempenho econômico-financeiro, a estrutura patrimonial e os fluxos de caixa da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e demais pronunciamentos aplicáveis. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes ativos e passivos, que foram mensurados a valor justo ou a outros critérios de mensuração conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis: • opções concedidas a acionistas não controladores, quando aplicável; • determinados ativos e passivos assumidos em combinações de negócios, mensurados a valor justo na data da aquisição; e • ativos e passivos de arrendamento reconhecidos conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, na data de início desses contratos. Os valores justos utilizados, quando aplicável, foram determinados com base em técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e à natureza dos instrumentos, considerando dados observáveis de mercado sempre que disponíveis. A hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, está apresentada na nota 23. Os valores justos utilizados, quando aplicável, foram determinados com base em técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e à natureza dos instrumentos, considerando dados observáveis de mercado sempre que disponíveis. A hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, está apresentada na nota 23. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, conforme definido no CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As transações em moedas estrangeiras, quando existentes, são inicialmente registradas pela moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, sendo as variações cambiais reconhecidas. **2.4 Uso de estimativas, premissas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e maior grau de incerteza incluem, mas não se limitam a: • determinação das perdas esperadas de crédito sobre contas a receber; • reconhecimento de receitas e contraprestação variável ("glosa"); • definição da vida útil de ativos imobilizados e intangíveis; • avaliação de recuperabilidade de ativos não financeiros; • mensuração de ativos e passivos de arrendamento; • reconhecimento e mensuração de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; e • reconhecimento de ativos fiscais diferidos. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros afetados. Em dezembro de 2025 a Administração da Companhia promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito. **2.5 Autorização de emissão:** A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de junho de 2026, após a conclusão de todos os procedimentos de revisão e aprovações internas, observando-se as políticas de governança corporativa adotadas pela Companhia. **2.6 Comparabilidade das informações - reclassificação das cifras comparativas:** As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas relativas ao exercício social anterior. Quando necessário, determinados valores comparativos foram reclassificados para fins de melhor comparabilidade, no patrimônio líquido ou no resultado do exercício anteriormente apresentado. As melhorias de apresentação realizadas para fins de comparabilidade dos saldos comparativos consistem em: No Balanço Patrimonial: (1) Segregação em rubrica específica dos saldos de "Direito de uso de arrendamentos", anteriormente apresentados sob a rubrica "Imobilizado"; Os efeitos da reclassificação sobre os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado estão apresentados a seguir.

Descrição	Original	Reclassificações		Reclassificado
Ativo				
Ativo não circulante				
Direito de uso de arrendamentos	-	1.542	(1)	1.542
Imobilizado	489.776	(1.542)		488.234
Ativo total	**489.776**	**-**		**489.776**

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da HAT. **3.1 Mudança de estimativa - provisão para perdas esperadas de crédito:** Em dezembro de 2025, a Administração promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito relacionada às contas a receber das companhias que passaram a compor a Rede Américas em 1º de abril de 2025, com o objetivo de refletir de forma unificada o perfil de risco da carteira, à luz de informações mais recentes e da evolução do comportamento histórico de recebimentos. A mudança envolveu o aperfeiçoamento das premissas e parâmetros utilizados na mensuração das perdas esperadas, incluindo, entre outros aspectos, ajustes na segmentação da carteira, na base histórica utilizada e na incorporação de informações prospectivas (forward-looking). Essa alteração foi tratada como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente a partir de sua adoção, portanto, os valores comparativos não foram reapresentados. O impacto dessa mudança resultou em um aumento da provisão para perdas esperadas de crédito no montante de R$10.467 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com efeito correspondente no resultado do exercício. **3.2 Novos pronunciamentos: 3.2.1 Pronunciamentos com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **3.2.1.1 Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, introduzindo novos requisitos para a avaliação da conversibilidade entre moedas e para a determinação da taxa de câmbio à vista aplicável quando a conversibilidade não estiver disponível. Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não efetuou operações nessas condições, portanto essa alteração não impactou as demonstrações financeiras, aqui apresentadas. **3.2.2 Novos pronunciamentos a serem adotados em períodos e/ou exercícios subsequentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **3.2.2.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou nas demonstrações financeiras a serem futuramente emitidas. **3.2.2.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 -"Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **3.2.2.3 CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: 1) não obstante a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. 2) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. 3) o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **3.2.2.4 IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.2.3 Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards - Vol 11):** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"; • IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.2.4 Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação:** Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.2.5 Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"**: Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem: • caixa; • depósitos bancários à vista; e • aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos e composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentados a seguir:

Descrição	Taxa média ponderada a.a.	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	-	5.387	3.423
Operações compromissadas e certificados de depósito bancário	10,16%	39.617	124.070
		45.004	127.493

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber da Companhia são originadas, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos e diagnósticos, sendo compostas principalmente por valores a receber de operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor proporção, de outros convênios e entes públicos, quando aplicável. As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a receber, líquidas de descontos comerciais e contratuais, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As contas a receber são classificadas como ativo circulante ou não circulantes, de acordo com o prazo que se espera sua realização no curso normal das operações. Os saldos e composição das contas a receber estão apresentados a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber de clientes		
Partes relacionadas:		
Convênios	51.696	67.918
Serviços a faturar	121.668	107.873
Terceiros:		
Convênios	66.132	213.756
Particulares	13.347	11.472
Serviços a faturar	50.410	-
Total a receber de partes relacionadas e terceiros	303.253	401.019
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	(8.890)	(19.357)
Total a receber de partes relacionadas e terceiros	294.363	381.662
Contas a receber contraprestação variável	52.914	-
Contas a receber contraprestação variável, partes relacionadas	1.111	-
Perdas esperadas de contraprestação variável (glosa)	(19.152)	(13.729)
	34.873	(13.729)
Total contas a receber de clientes, líquido	329.236	367.933

A Administração da Sociedade considera o prazo médio de recebimento dentro do praticado no mercado estando, consequentemente, os saldos apresentados por seu valor justo. **5.1 Composição de contas a receber de convênios e particulares, por vencimento:** A composição do contas a receber, líquida das glosas, por faixa de vencimento é demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
A faturar	172.078	-
A vencer	81.317	277.393
Vencidos		
Até 90 dias	31.067	85.540
91 a 180 d

Docusign Envelope ID: 21647871-BD6F-8C10-81EA-FBAA59F225B9

... continuação

HOSPITAL ALVORADA DE TAGUATINGA S.A. - CNPJ/MF nº 08.100.676/0001-69

Descrição	Taxa média (a.a.)	31.12.2023	Adições	Baixa por cisão	Transferências	31.12.2024
Custo						
Franquias		9.675	-	-	-	9.675
Sistemas de informática		24.023	60	(3.042)	3.364	24.405
		33.698	60	(3.042)	3.364	34.080
Amortização acumulada						
Franquias	10%	(7.554)	(967)	-	-	(8.521)
Sistemas de informática	14%	(11.587)	(3.347)	2.757	-	(12.177)
		(19.141)	(4.314)	2.757	-	(20.698)
Intangível, líquido		14.557	(4.254)	(285)	3.364	13.382

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS TRABALHISTAS

As obrigações sociais e trabalhistas correspondem aos valores devidos pela Companhia a empregados e a órgãos governamentais, decorrentes da prestação de serviços e do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo salários, encargos sociais, férias, 13º salário, benefícios de curto prazo e contribuições previdenciárias. Essas obrigações são reconhecidas conforme o regime de competência, pelo valor esperado de liquidação, quando existe obrigação presente decorrente de eventos passados, de acordo com o CPC 33 / IAS 19 - Benefícios a Empregados e demais normas aplicáveis. As obrigações sociais e trabalhistas são classificadas no passivo circulante ou não circulante conforme o prazo esperado de liquidação e são apresentadas separadamente de provisões para contingências trabalhistas, as quais, quando existentes, são reconhecidas conforme o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Salários e ordenados	13.321	11.781
Encargos sociais	13.323	-
Provisão para férias	25.700	27.626
Provisão para participações nos resultados	4.209	2.344
Outros	972	4.389
	57.525	46.140

14. FORNECEDORES

Os fornecedores representam obrigações da Companhia decorrentes, principalmente, da aquisição de materiais médico-hospitalares, medicamentos, serviços assistenciais e demais insumos operacionais, reconhecidas quando os bens ou serviços são recebidos, conforme o regime de competência. As obrigações com fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a pagar e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Considerando a natureza de curto prazo dessas obrigações, seus valores contábeis aproximam-se do valor justo. Os fornecedores são classificados no passivo circulante, exceto quando a liquidação for esperada após 12 meses, e são apresentados sem compensação com ativos relacionados, conforme o CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros		
Materiais	104.047	78.986
Serviços	19.722	62.728
Outros fornecedores	-	1.744
	123.769	143.458

15. TRIBUTOS A RECOLHER

Os tributos a recolher correspondem às obrigações tributárias da Companhia decorrentes de tributos incidentes sobre suas operações, reconhecidas conforme o regime de competência, pelo valor devido na data do balanço, de acordo com a legislação fiscal vigente. Esses tributos são classificados no passivo circulante ou não circulante, conforme o prazo esperado de liquidação, e incluem, entre outros, impostos, contribuições e taxas a recolher aos entes federais, estaduais e municipais.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
COFINS a recolher	4.682	4.177
PIS a recolher	1.014	897
Imposto de renda retido na fonte	5.484	-
ISS a recolher	7.218	8.126
INSS terceiros	720	741
Imposto de renda e contribuição social	-	2.666
INSS e FGTS	-	9.626
Outros	1.568	6.681
	20.686	32.914

16. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor pode ser estimado de forma confiável, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões fiscais, previdenciárias e cíveis são mensuradas pelo valor estimado da melhor saída de recursos necessária para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando a natureza das demandas, o estágio processual, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica da Companhia e a avaliação de assessores jurídicos externos. As contingências classificadas como possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa, e aquelas avaliadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas. A provisão para contingências trabalhistas é mensurada de forma a representar a melhor estimativa do desembolso esperado, adotando metodologia estatística baseada em evidência histórica de pagamentos efetivos, conforme documentação técnica interna aprovada pela Administração. Essa metodologia consiste na apuração de um percentual histórico de pagamento sobre o valor em risco, calculado com base em processos trabalhistas encerrados, considerando os valores efetivamente pagos e os depósitos judiciais levantados, em comparação com o valor em risco desses processos na data de encerramento, considerando os últimos 36 meses. O percentual apurado é aplicado ao valor em risco do universo de processos trabalhistas em andamento, como técnica estatística para estimar a obrigação na data-base. A mensuração é aplicada independentemente da classificação individual de risco dos processos (provável, possível ou remoto), uma vez que a experiência histórica demonstra que parte dos processos originalmente classificados como possíveis ou remotos pode resultar em desembolsos financeiros. Adicionalmente, processos com valor em risco relevante são submetidos a avaliação individual, podendo resultar em ajustes específicos quando a Administração conclui que a estimativa estatística não reflete adequadamente a melhor estimativa da obrigação. As provisões são classificadas no passivo circulante ou não circulante de acordo com a expectativa de liquidação. **16.1 Provisões com risco de perda provável:** O HAT constitui provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas (i)	7.723	13.306
Cíveis (ii)	26.989	3.389
Fiscais e previdenciários	16	-
	34.728	16.695

(i) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício, horas extras e doença ocupacional; (ii) Basicamente questões contratuais, como carência, erro médico e hospitalar e problemas de cobrança. Movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:

Descrição	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.306	3.389	-	16.695
Adições, líquidas de reversões	10.049	36.187	16	46.252
Pagamentos	(1.450)	(1.031)	-	(2.481)
Atualização (reversão) monetária	(14.182)	(11.556)	-	(25.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.723	26.989	16	34.728

Descrição	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.903	6.871	20.774
Adições	199.047	147.511	346.558
Reversões e baixas	(196.213)	(145.215)	(341.428)
Transferência (i)	(3.431)	(5.778)	(9.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.306	3.389	16.695

(i) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se à transferência para a Amico Saúde.

16.2 Contingências com risco de perda possível: Apresenta-se abaixo os saldos dos processos para os quais os riscos foram avaliados como perdas prováveis:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	27.347	20.816
Cíveis	23.373	14.529
Fiscais e previdenciários	1.164	938
	51.884	36.283

a) Trabalhistas: As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Empresa referem-se às verbas salariais, doenças ocupacionais e vínculos trabalhistas. A Empresa atualizou seu contencioso trabalhista com base nas informações de seus assessores jurídicos. **b) Cíveis:** A maior parte das ações nas quais a Empresa figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, principalmente, a indenizações por erros médicos e cobranças hospitalares. **16.3 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados em juízo pela Companhia para garantia de discussões judiciais, administrativas ou fiscais, em conformidade com a legislação aplicável. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor depositado e apresentados no ativo não circulante, exceto quando a expectativa de liberação ou compensação ocorrer dentro de 12 meses após a data do balanço, caso em que são classificados no ativo circulante. Os depósitos judiciais não são compensados com as respectivas provisões para contingências, quando existentes, sendo estas reconhecidas separadamente no passivo, conforme o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos depósitos judiciais, considerando a natureza das demandas, o estágio processual e a expectativa de desfecho. Quando houver decisão favorável definitiva, os valores são reclassificados para caixa, compensados com tributos devidos ou reconhecidos no resultado, conforme o caso. Em caso de decisão desfavorável, o depósito é baixado contra a provisão constituída, se aplicável, ou reconhecido no resultado.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	11.250	6.399
Cíveis	1.175	921
	12.425	7.320

17. ARRENDAMENTOS

Conforme apresentado na nota 10, o Grupo reconhece e mensura os contratos de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Um contrato é classificado como arrendamento quando transfere a Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação, incluindo contratos que contenham componentes de arrendamento e não arrendamento. Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a imóveis hospitalares e assistenciais; Na data de início do contrato, a Companhia reconhece: • um ativo de direito de uso, representando o direito de utilizar o ativo arrendado; e • um passivo de arrendamento, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, que incluem: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência); • pagamentos variáveis dependentes de índice ou taxa; • valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; • preço de exercício de opções de compra, quando razoavelmente certo o exercício; e • penalidades por rescisão antecipada, quando aplicável. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental observando-se taxas de ativos similares praticadas no mercado, premissas observáveis, determinada com base no prazo do contrato, na natureza do ativo, no ambiente macroeconômico e no risco de crédito da Companhia. Os passivos de arrendamento são mensurados subsequentemente: • acrescidos de encargos financeiros; e • reduzidos pelos pagamentos efetuados. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos e são apresentados como despesas financeiras. O passivo de arrendamento é reavaliado quando ocorre: • alteração no prazo do contrato; • mudança na avaliação de exercício de opções de renovação ou rescisão; • alteração nos pagamentos decorrente de mudança em índice ou taxa; ou • modificação contratual que não seja contabilizada como um arrendamento separado. As reavaliações são registradas como ajuste correspondente no ativo de direito de uso. Os pagamentos de principal são apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, enquanto os juros seguem a política de classificação de fluxos de caixa da Companhia, como atividade operacional. Em 2025, a Companhia estendeu o prazo de 06 contratos já existentes, acrescendo ao prazo total em média 150 meses de locação.

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31.12.2024	Adições	Modificações	Juros incorridos	Pagamentos	Juros Pagos	31.12.2025
Terceiros								
Imóveis	12,38%	1.779	559.445	139.523	78.130	(56.180)	(2.772)	719.925
Total		1.779	559.445	139.523	78.130	(56.180)	(2.772)	719.925
Circulante		363						74.819
Não circulante		1.416						645.106

Descrição	Taxa média ponderada (a.a.)	31.12.2023	Custo de restauração	Remensuração	Juros incorridos	Pagamentos	31.12.2024
Imóveis	15,66%	1.730	2	345	215	(513)	1.779
Total		1.730	2	345	215	(513)	1.779
Circulante		278					363
Não circulante		1.452					1.416

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, é de R$438.791 (R$1.313.212 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 595.538.279 ações ordinárias, normativas e sem valor nominal (1.313.212.088 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	Valor do capital social	Quantidade de ações ordinárias
Em 31 de dezembro de 2025	438.791	595.538.279
Em 31 de dezembro de 2024	1.313.212	1.313.212.088

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de janeiro de 2025, foi aprovada a redução de capital social da Companhia, no montante de R$ 724.965, que recebeu por meio de contrapartida ao cancelamento de suas ações ordinárias, normativas sem valor nominal, ativos entregues a Amil Assistência Médica Internacional S.A. E o montante de 17.907, que recebeu em contrapartida ao cancelamento de suas ações ordinárias, normativas sem valor nominal, ativos entregues a Bosque Medical Center S.A. Em assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de março de 2025, foi aprovada a redução de capital, sem o cancelamento de ações, na qual foi restituído aos acionistas da Companhia, em moeda corrente, sendo R$ 64.171 à acionista Amil Assistência Médica Internacional S.A. E o montante de R$ 10.829 à acionista Esho Empresa De Serviços Hospitalares S.A. Em assembleia geral extraordinária, realizada em 1º de abril de 2025, foi aprovado uma movimentação patrimonial no montante total de R$ 2.909.767, mediante a emissão de 9.516.027.580 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, do valor total o montante de R$290.977 foi destinado ao capital social e R$ 2.618.790 à reserva de capital. As novas ações emitidas em decorrência do aumento de capital aprovado foram subscritas e integralizadas pela AMIL, mediante a conferência dos ativos contribuídos, representados pelas empresas ESHO e HAT. Em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2025, foi aprovada a redução de capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, no montante de R$ 74.456, por meio de compensação (extinção) do crédito detido pela Companhia, sendo R$63.706 à acionista Ímpar Serviços Hospitalares S.A. e o pagamento da redução em moeda corrente nacional de R$ 10.751 à acionista ESHO Empresa De Serviços Hospitalares S.A. Adiante segue a composição acionária:

Acionista	% de participação societária	Quantidade de ações ordinárias
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	85,56%	509.542.552
ESHO Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	14,44%	85.995.727

b) Destinação do resultado: Em conformidade com o estatuto da Companhia, os resultados apurados são distribuídos da seguinte forma: (i) abatimento de prejuízos, se houver; (ii) 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social; (iii) até 70% terá destinação que lhe for atribuído em assembleia geral; (iv) 25% de dividendo obrigatório, proporcional ao número de ações, após deduções ou acréscimos de: cota destinada à constituição da reserva legal; importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Em assembleia geral extraordinária realizada em 06 de julho de 2025 os acionistas decidiram aprovar a destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 37.415.011,01, sendo:

Destinação	Montante
Constituição de reserva legal	1.871
Juros sobrer capital próprio	10.000
Dividendos adicionais propostos	25.544
Lucro líquido	37.415

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de 1.709. Em conformidade com as disposições da legislação societária aplicável e após deliberação dos órgãos de governança competentes, foi aprovada a absorção parcial desse prejuízo mediante utilização da Reserva Legal, permanecendo saldo total para absorção futura por lucros subsequentes ou outras reservas disponíveis, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. A utilização da Reserva Legal teve por objetivo reduzir o saldo de prejuízos acumulados, não afetando o resultado do exercício. **c) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** Os recursos transferidos pela controladora Amil Assistência para futuros aumentos de capital. Adiante segue a movimentação do AFAC ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Saldo inicial	-	17.500
Recebimento de AFACs	5.500	11.801
Capitalização de AFACs	-	(29.301)
Saldo final	5.500	-

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O reconhecimento de receitas da Companhia é efetuado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, refletindo a transferência do controle dos serviços prometidos aos clientes, em valor que represente a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da prestação desses serviços. As receitas decorrem, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos, diagnósticos e demais serviços assistenciais, sendo realizadas predominantemente com operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor escala, outros convênios e entes públicos, quando aplicável. A conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício.

	Exercícios findos em	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita de serviços prestados		
Operadoras de planos de saúde	1.560.297	1.558.062
Particulares	33.341	35.020
	1.593.638	1.593.082
Deduções		
Glosas	(44.061)	(22.083)
Descontos	(669)	-
Impostos	(88.667)	(89.708)
	(133.397)	(111.791)
Receita operacional líquida	1.460.241	1.481.291

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Gastos com pessoal	(420.755)	(437.771)
Custos com materiais	(393.050)	(313.213)
Serviços e utilidades	(418.128)	(412.407)
Depreciações e amortizações	(60.234)	(61.347)
Localização e funcionamento	(84.409)	(174.362)
Impostos e taxas	(15.012)	(16.635)
Provisão (ou reversão) para riscos judiciais	6.087	(5.130)
Judiciais	-	(5.140)
Marketing	-	(8.190)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(561)	-
Receita com aluguéis	2.163	1.107
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	(1.944)
Recuperação de despesas	-	28.063
Impairment	-	(23)
Perda de estoque	(4.486)	(2.250)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.726	10.794
Perdas efetivas sobre créditos	(7.436)	(41.758)
Reversão (provisão) outros créditos	1.196	142
Receitas de cursos e treinamentos	-	5.472
Outros custos e despesas	(4.179)	(875)
Outras receitas	3.479	2.038
Total	(1.388.599)	(1.433.429)
Custos dos serviços prestados	(1.393.190)	(1.415.739)
Despesas comerciais	(1.256)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.780)	(18.489)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.627	799

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas e despesas financeiras compreendem, substancialmente, os rendimentos e encargos incorridos sobre aplicações financeiras e arrendamentos, bem como os efeitos decorrentes de variações monetárias, instrumentos financeiros, mútuos entre partes relacionadas e outros resultados financeiros associados às atividades da Companhia.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	8.141	4.862
Juros sobre mútuos	2.777	-
Juros ativos	73	5
Variações cambiais e monetárias ativas	365	197
Atualizações de créditos tributários	-	5.113
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(515)	-
Multas por recebimento em atraso	-	558
Outras receitas financeiras	28	68
	10.869	10.803
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(76)	-
Despesa tarifa bancária	-	(564)
Juros sobre mútuos	(90)	-
Juros sobre operações de arrendamento	(78.130)	(215)
Juros passivos	(427)	(157)
Atualização monetária de obrigações por aquisição de controladas	-	(1.965)
Variações cambiais e monetárias passivas	(353)	(488)
Outras despesas financeiras	(577)	(503)
	(79.653)	(3.892)
Total	(68.784)	6.911

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são reconhecidos de acordo com o CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, com base no lucro tributável apurado conforme a legislação fiscal vigente. Os impostos correntes correspondem ao IRPJ e à CSLL devidos no exercício, calculados com base nas alíquotas e regras fiscais aplicáveis, considerando ajustes fiscais permanentes e temporários. Ativos e passivos de impostos correntes são reconhecidos quando existe direito legal de compensação ou obrigação presente de pagamento. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.858	54.403
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Impostos calculados as alíquotas nominais	(972)	(18.497)
Ajustes para determinação da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	-	(126)
Diferenças permanentes	(3.595)	(2.023)
Outros	-	3.658
	(4.567)	(16.988)
IRPJ e CSLL nas demonstrações dos resultados		
Corrente	(17.572)	(10.774)
Diferido	13.005	(6.214)
	(4.567)	(16.988)
Taxa efetiva	159,80%	31,23%

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

23.1. Considerações gerais: A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras, contas a receber de clientes, arrendamentos e contas a pagar a fornecedores. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos. **23.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: 23.2.1. Classificação:** A Sociedade efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações. Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com fornecedores e arrendamentos. O principal propósito das obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. **23.2.2. Mensuração do valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e suas respectivas classificações são os seguintes:

31.12.2025

Descrição	Nota explicativa	Nível de hierarquia	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	45.004	45.004
Contas a receber de clientes	5	-	329.236	329.236
Total			374.240	374.240
Passivos financeiros				
Fornecedores	14	-	123.769	123.769
Passivos de arrendamento	17	-	719.925	719.925
Total			843.694	843.694

31.12.2024

Descrição	Nota explicativa	Nível de hierarquia	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	127.493	127.493
Contas a receber de clientes	5	-	367.933	367.933
Total			495.426	495.426
Passivos financeiros				
Fornecedores	14	-	143.458	143.458
Passivos de arrendamento	17	-	1.779	1.779
Total			145.237	145.237

23.3. Gerenciamento de risco: A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destaca-se: **23.3.1 Risco de crédito:** O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento. **23.3.2 Risco de taxa de câmbio:** Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial. **23.3.3 Risco de taxa de juros:** Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Sociedade concentra suas aplicações financeiras em títulos públicos indexados à variação do CDI.

Descrição	Nota explicativa	31.12.2025	Indexação	Taxa a.a.	Cenário I provável	Cenário II 25% aumento	Cenário III 50% aumento
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.617	68,21% CDI	10,16%	4.026	5.033	6.040
Total		39.617			4.026	5.033	6.040

Descrição	Nota explicativa	31.12.2024	Indexação	Taxa a.a.	Cenário I provável	Cenário II 25% aumento	Cenário III 50% aumento
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.070	100% CDI	15,00%	18.611	23.263	27.916
Total		124.070			18.611	23.263	27.916

23.3.4 Risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações financeiras à medida que estas se tornem exigíveis, em condições normais ou adversas de mercado. A Administração gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa projetados, da manutenção de níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa, bem como da diversificação das fontes de financiamento e do escalonamento dos vencimentos de suas obrigações financeiras, de forma a assegurar o cumprimento tempestivo de seus compromissos. A tabela a seguir apresenta a análise de vencimentos dos passivos financeiros consolidados, passivos de arrendamento e contas a pagar por aquisição de controladas, com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados, segregados por faixas de vencimento. Os valores incluem principal e encargos financeiros contratuais, quando aplicável, e estão classificados de acordo com o período remanescente até o vencimento na data-base das demonstrações financeiras.

Descrição	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	mais de 4 anos	Total
Passivo de arrendamento	719.925	2.225.017	87.281	226.553	234.155	1.677.028	2.225.017

A Administração entende que, considerando a estrutura atual de capital, o perfil de vencimentos das obrigações financeiras e a capacidade de geração de caixa operacional, a Companhia apresenta nível adequado de liquidez para fazer frente às suas obrigações nos prazos pactuados.

24. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas e divulgadas de acordo com o CPC 05 / IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, compreendendo as relações entre o Grupo, seus acionistas, empreendimentos controlados em conjunto, administradores e demais entidades ou pessoas que exerçam influência significativa sobre o Grupo. São consideradas partes relacionadas, entre outras: • os acionistas da *joint-venture* e entidades sob controle ou influência significativa desses acionistas; • administradores e membros do Conselho de Administração; • empresas controladas e coligadas. As transações com partes relacionadas são realizadas em bases comutativas, observando condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes, quando aplicável. Tais transações são reconhecidas conforme o regime de competência e mensuradas pelos valores contratados, não havendo, em geral, garantias ou condições diferenciadas relevantes, salvo quando explicitamente divulgado. Os saldos, transações, naturezas das relações, bem como a remuneração dos administradores, são divulgadas de forma adequada em nota explicativa específica, permitindo a compreensão do impacto dessas transações nas demonstrações financeiras da Companhia.

Descrição		31.12.2025	31.12.2024
Repasses de partes relacionadas	(a)	1.121	-
Partes relacionadas - ativo		1.121	-
Ativo circulante		1.121	-

Descrição		31.12.2025	31.12.2024
Mútuo a pagar	(b)	9.131	-
Repasses de partes relacionadas	(a)	3.279	-
Partes relacionadas - passivo		12.410	-

(a) Os repasses de partes relacionadas correspondem aos montantes a receber e/ou a pagar decorrentes de transações das operações que não fazem parte do perímetro da JV, para os quais são constituídos o conta corrente entre as empresas.

24.1.1 Mútuos

Mutuante	Mutuária	Taxa de juros	31.12.2025	31.12.2024
Ímpar Serviços Hospitalares S.A.	HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	100% CDI	8.000	-
ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	100% CDI	1.131	-
Total consolidado			9.131	-

25. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os seguros do Grupo são contratados de forma centralizada pela controladora ESHO, sendo esta responsável pela gestão e manutenção das apólices. As coberturas contratadas abrangem todas as empresas controladas, contemplando os principais riscos inerentes às operações, em montantes e condições considerados adequados pela Administração.

Diretoria

Vivianne Cunha Valente - Diretora
Rogério Reis - Diretor Superintendente

Contador

Anderson Tadeu Rebeque - Contador - CRC 1SP 289263/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Hospital Alvorada de Taguatinga S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras das Hospital Alvorada de Taguatinga S.A. ("Companhia" e "HAT"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de abril de 2025, sem ressalvas. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento